

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

908/LEI/53

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

25/02/10

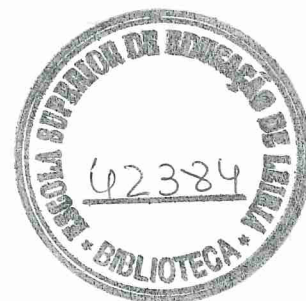
A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO
Um percurso histórico e geográfico

A Biblioteca da nossa escola,
oferta dos gestores

Alda Filipe
Mourão



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

FICHA TÉCNICA

Título:

REGIÃO DE LEIRIA
IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO

Coordenação:

Alda Mourão Filipe

Texto:

Alda Mourão Filipe
Dina Duarte Alves
Graça Poças Santos

Fotografia:

Joana Soares

Mapas:

Vitor Torres

Foto das guardas do livro:

Instituto Geográfico Português

www.igeo.pt

Landsat, 1998; Composição 543, resolução: 25 metros.

Direcção de Arte:

Works, Comunicação Global

www.works.com.pt

Editor:

Instituto Politécnico de Leiria

www.ipleiria.pt

Rua General Norton de Matos

Apartado 4133

2411-901 Leiria

Portugal

Tel.: 234 406 300

Fax: 234 406 301

Impressão:

Guide - Artes Gráficas, Lda

www.guide.pt

Tiragem:

2500 exemplares

Agradecimentos:

Barros III, Castanheira de Pêra

Câmara Municipal de Leiria

Câmara Municipal da Marinha Grande

Canívidro,

Cerâmica Vala,

Escola Amarela, Leiria

Fábrica - Museu Bordalo Pinheiro, Caldas da Raíña

Icomatro, Pombal

Instituto Geográfico Português

Direcção Mosteiro Alcobaça

Direcção Mosteiro Batalha

Museu Escolar, Marrazes - Leiria

ISBN:

972-8793-05-7

Depósito Legal:

233938/05

Data da 1.ª edição: Outubro de 2005

Foto da Capa:

Leiria, Vista do Castelo



A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX-XX)

A estruturação da economia

Os recursos naturais

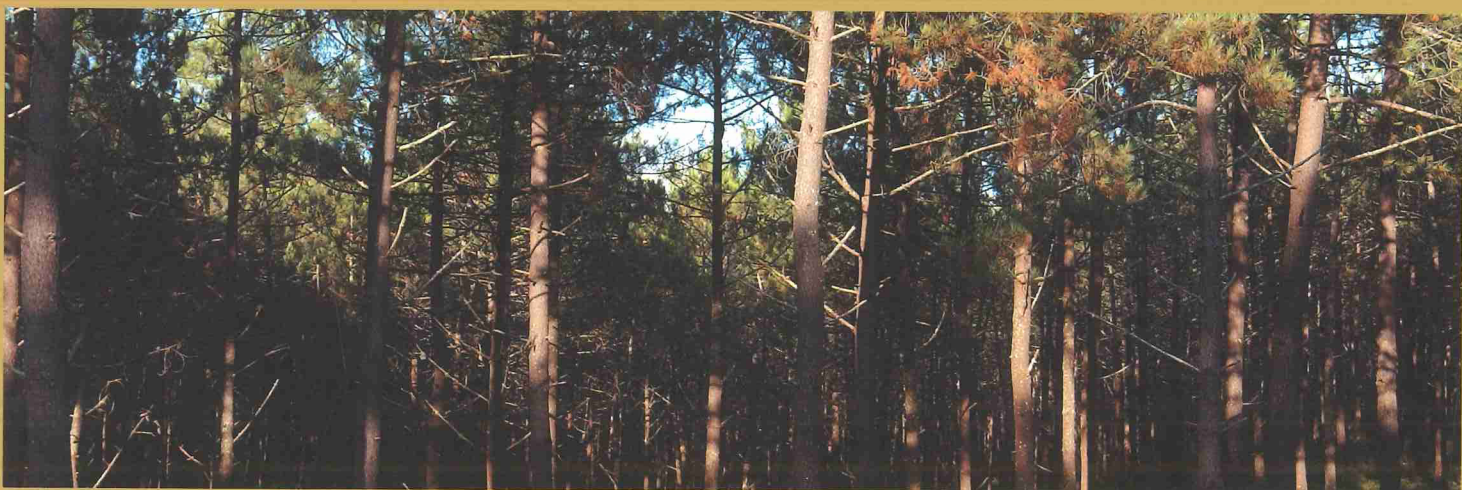
No actual espaço económico nacional, a região de Leiria é reconhecida como um centro pleno de potencialidades, onde os níveis de produção e de comercialização são assinaláveis. A evolução da economia portuguesa, decorrente do período pós segundo conflito mundial, surtiu aqui os seus efeitos mais positivos com a entrada da década de 1960. Desenvolveu-se o comércio, reforçaram-se alguns sectores industriais, adaptaram-se outros às novas necessidades do mercado.

Pode dizer-se que é uma área onde a água e as madeiras marcaram presença constante, ao longo dos séculos, num cenário de clima pouco rigoroso. Enquanto que os cursos de água não se apresentavam com grande caudal, com excepção, em alguns períodos, do rio Liz, as madeiras ocupavam uma faixa muito significativa, com o domínio do pinheiro.

Repetindo as palavras de D. António da Costa de Sousa Macedo, que foi Secretário-geral do Distrito de Leiria, escritas em 1855, aqui “está colocada a capital dos pinhais, o monumento da agricultura”¹. Para além da extracção de madeiras para diferentes fins, dos seus produtos resinosos extraia-se pez e alcatrão. A construção naval e civil tinham aqui uma excelente base de abastecimento.

Havia todo um conjunto de profissões desempenhadas à volta do pinhal, tais como a de serradores, a de carreiros, a de jornaleiros, a de carrasqueiros, a de pegueiros, a de resineiros e a de carvoeiros. Proporcionou uma fonte de combustível que desencadeou a implantação de numerosas indústrias. O pinhal funcionou, assim, como um agente impulsionador da industrialização leiriense. Já no final dos anos de 1940, um roteiro turístico do Distrito de Leiria demonstrava que as suas potencialidades atravessavam períodos completamente distintos. Era, então, referida a importância das lenhas do pinhal como substituto do carvão de pedra, principalmente em período de guerra².

Pequenos rios e ribeiros alimentavam, desde tempos antigos, as mós que transformavam a produção cerealífera em base da alimentação local. Leiria, para além dos moinhos de propriedade laica que bordejavam as margens do Liz, acolhera desde cedo os que eram pertença do Mosteiro de Alcobaça³. Nestes mesmos cursos de água havia ainda espaço para a edificação de pequenas construções, onde funcionavam indústrias que dela dependiam. Era o caso do fabrico do papel.



¹ D. António Sousa Macedo, *Estatística do Distrito de Leiria*, 1855, p.33. Este autor elaborou “o primeiro trabalho estatístico que se fez em Portugal fundado em bases científicas”, segundo a opinião expressa no *Portugal Pittoresco*.

² Cfr. Pedro Muralha, *Roteiro Turístico do Distrito de Leiria*, s.d.

³ Cfr. Pedro F. Gomes Barbosa, “O Mosteiro de Alcobaça e os Moinhos de Leiria, no século XII”, *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Câmara Municipal de Leiria, 1991, p. 402-409. Este mesmo autor alargou esta informação numa obra de maior vulto (*Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, col. “História Medieval”, nº 6, I.N.I.C., Lisboa, 1992).

Como lembra A. Teodoro de Matos, o rio Liz apresentava condições de navegabilidade que foi perdendo, gradualmente, ao longo de Oitocentos. Por ele “saíam as madeiras do Pinhal de Leiria até ao porto da Vieira, de onde seguiam depois os seus destinos”⁴. Não tem sido tão unanimemente aceite a riqueza do subsolo leiriense, como foi reconhecido o valor da sua mancha florestal. No início do século XX, ao concluir um estudo sobre a constituição geológica da zona, Tito Larcher registou e analisou algumas das minas e pedreiras existentes. Opinou, então: “É fraca a região em minerais e pedreiras”⁵. De facto a história fizera remontar à ocupação romana, nomeadamente de Collipo, a exploração de ferro e de carvão. História e tradição reproduziram um discurso valorativo que, frequentemente, pintou a realidade com cores muito vivas. Em 1884, a descrição feita sobre a cidade de Leiria incluía uma informação que nos interessa reter. Dizia assim: “No seu termo existem grandes minas de ferro, minas de carvão fóssil, pedreiras e óptimos mármores, pedra calcária e excelente argila para a indústria cerâmica”⁶. Esta opinião baseava-se em notícias, mais ou menos, sensacionalistas de descobertas que por aqui iam sendo feitas. Anos antes, em 1855, a revista *O Panorama* incluía um artigo sobre minas de ferro e carvão de pedra, em Portugal⁷. Aí se escrevera: “Entre Porto de Mós e Leiria acabam de descobrir-se algumas minas de ferro e de carvão de pedra que, segundo as informações dos peritos, são importantíssimas [...]”

A construção do caminho-de-ferro tornar-se-á assim muito mais económica, havendo no reino o ferro para os carris e o carvão para o consumo das máquinas locomotoras. Assevera-se que o carvão e o ferro destas minas são da melhor qualidade.”

Mas a ideia de existirem importantes jazidas na região estava desacreditada, em finais do século XIX e inícios do XX. Em 1901 podia ler-se na imprensa local: “[...] a suposta mina de carvão do Pinhal de Leiria não dá resultado algum, como o não têm dado outras”. Para além disso, era posto em causa um elevado número de mão-de-obra rural, agora votada ao desemprego pela desactivação de grande quantidade de minas. Em termos práticos, podemos concluir que areias siliciosas, caulino, barros, argila e ocre eram as dádivas reais com que o subsolo da área económica de Leiria contribuiu para algumas das indústrias aqui implantadas, como a do vidro, a da cerâmica, a do cimento e a dos adubos.

As numerosas pedreiras existentes em todo o distrito permitiam a extracção de uma outra riqueza natural. Em 1855, D. António de Sousa Macedo contabilizou um total distrital de 85 pedreiras, das quais 66 (77,6%) se localizavam no espaço da região de Leiria.

Os calcários-argilosos, utilizados no fabrico de cal hidráulica desde tempos remotos, eram particularmente abundantes em S. Pedro de Moel e em Pataias, como lembra Gil Braz de Oliveira, ao historiar a indústria portuguesa de cimento (1995: 363, vol.I). A longa tradição do fabrico de cal e, posteriormente, de cimento branco coloca-nos perante a importância deste recurso natural existente na região de Leiria. Desenvolviam, sem dúvida, uma actividade significativa que não deixou de apoiar a construção civil e os “melhoramentos materiais”. No final do século XIX, o último inquérito industrial (1891) mostrou que Lisboa passara a absorver uma boa parte das extracções de calcários, socorrendo-se de pedreiras distantes [...]”⁸.

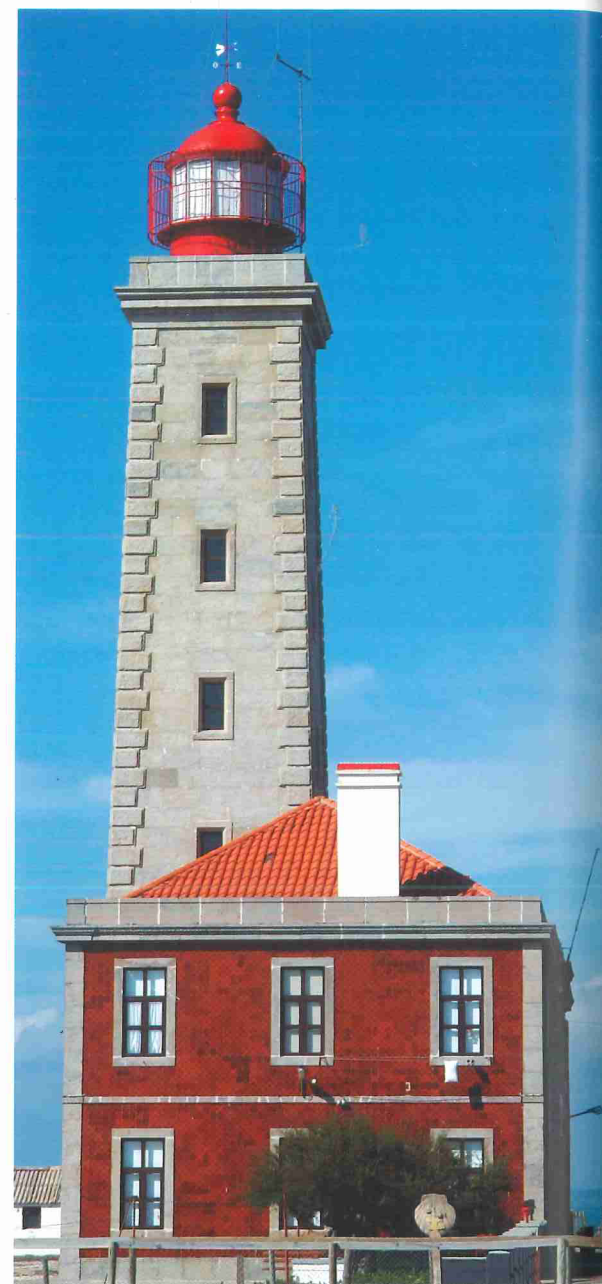
⁴ A. Teodoro de Matos, Transportes e Comunicações. Portugal, Açores e Madeira (1750-1850), 1980.

⁵ *Leiria Ilustrada*, 19 de Agosto de 1911. Neste mesmo periódico, exactamente no mesmo ano, foram ainda publicados artigos seus, sobre este tema, em 9 e 30 de Novembro.

⁶ Portugal Pittoresco, 2a série, nº 13, 1884.

⁷ *O Panorama*, vol. II, 1855, p.152.

⁸ *Inquérito Industrial*, 1890, vol. I, p.223.





A circulação de pessoas e de bens

Geograficamente situada numa linha de passagem tradicional entre o norte e o sul, a região de Leiria foi atravessada, desde tempos longínquos, por pessoas e também por mercadorias.

Ao focar-se o comércio que, na região de Leiria, se fazia por terra, em meados do século XIX, opinava-se: “Em Portugal não ha viajantes, ha padecentes que se transportam”⁹. Pelo mau estado das estradas, que muitas vezes não passavam de caminhos, os transportes eram caros, demorados, dolorosos. Neles residia um dos obstáculos ao progresso regional. Como lembra Damiano Peres, a melhoria das vias de comunicação era propósito antigo, já anunciado em 1821 e 1822¹⁰. No entanto, a morosa vitória do liberalismo só permitiu que tal viesse a acontecer em finais da década de 1830.

Em meados de Oitocentos, tal como nos tempos anteriores, utilizavam-se, fundamentalmente, os animais para as deslocações terrestres. O viajante dispunha de cavalo ou de mula, entre os seus haveres, ou recorria aos que lhe eram proporcionados por aluguer. Recorria-se, para tanto, a alquiladores. As alquilarias dispersavam-se um pouco por todo o lado. O seu âmbito era restrito, no que respeitava ao número de animais disponíveis, bem como ao número de transportadores – normalmente na mesma pessoa convivia o proprietário e o condutor.

Até finais do século XIX, foram regulamentados os transportes feitos através de carros puxados por cavalos, ou por bois, no âmbito distrital, bem como noutra mais restrito, o municipal. Em 1878, a Junta Geral do Distrito de Leiria publicou quarenta e oito artigos, tendentes a normalizar o trânsito de veículos de aluguer, destinados a transportar pessoas e mercadorias. Trens, diligências ou carros eram alvo de uma inspecção prévia, a partir da qual podiam ser matriculados, oferecendo, para tanto, “segurança, solidez e decência”¹¹. A profissão de cocheiro dignificava-se por um código ético que, por tão detalhado, disciplinava profissionais, a quem era exigida boa e segura condução, mas também correcto tratamento aos transportados e aos animais transportadores.

Nem tudo era veloz na região. Basta tomar em consideração o trajecto feito pelo carro do correio, que também transportava pessoas, ao deslocar-se entre Porto de Mós e Leiria. Se a intenção era facilitar o acesso das populações à cidade, tal era posto em causa quando, em Junho de 1910, se procedeu à alteração do horário. O carro saía de Porto de Mós às 18.30 h, para chegar a Leiria 3 horas e meia depois, isto é, às 22 horas. Partia, no dia seguinte, da cidade às 8 da manhã, para concluir o percurso às 11.30 h. “Assim já se não pode ir a Leiria tratar de negócios sem ter de alugar um carro de propósito”¹². Leiria continuava longe!

⁹ Era a opinião expressa por D. António Sousa Macedo, *Estatística do Distrito...*, p. 110.

¹⁰ D. Peres, *História de Portugal*, vol. VII, p.642.

¹¹ Regulamento para a Polícia e Tránsito de Vehículos no Distrito de Leiria, 1878, artº 3, p.4.

¹² *Correio de Porto de Mós*, n.º 34, de Junho de 1910.

Enquanto se esperava pela melhoria das estradas e pela implantação do caminho-de-ferro, a economia da região tirava partido dos três portos de mar a que podia recorrer: S. Martinho, Pederneira e Vieira. A proximidade do mar criava, assim, alternativas à circulação terrestre.

De facto, oferecia um recurso acrescido às estradas existentes. A S. Martinho chegavam barcos com mercadorias vindas de Lisboa, Porto, Setúbal, Peniche, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra e Algarve.

E era assim que à região chegavam o açúcar, o bacalhau, os couros, as fazendas e o ferro, sendo estes os produtos que se apresentavam em maiores quantidades. Seguiam-se-lhes o arroz, a potassa e a soda. O comércio, bem como a indústria regional, eram assim alimentados pelos produtos de que a zona não dispunha. Em contrapartida, sobejavam, das necessidades locais, principalmente carvão, vidro, vidraça e aguardente. A agricultura, por sua vez, proporcionava excedentes em batatas, cereais e fruta¹³.

Uma forma regional encontrada para aproximar S. Martinho, porto por onde se fazia o escoamento, do centro de abate florestal, à Marinha Grande, foi a concepção do caminho-de-ferro americano.

Para escoar principalmente madeiras, mas também outros produtos do pinhal, fora proposto, em ofício do Administrador Geral das Matas, datado de 28 de Janeiro de 1853, "a construção de um carril de madeira até ao porto de S. Martinho"¹⁴.

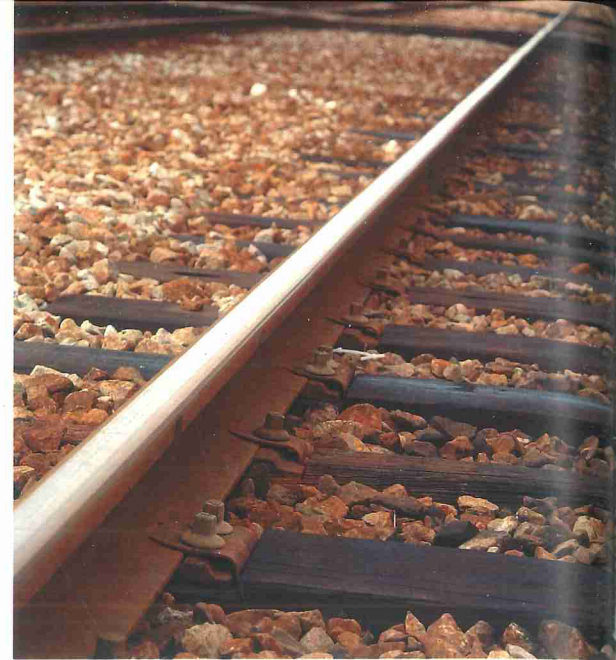
Ao longo de 1860 anunciava-se: "brevemente se acabará e abrirá à circulação o caminho de ferro dos pinhais de Leiria ao porto de S. Martinho; e por ele será mais fácil aproximar os produtos de limpeza e desbaste desta vasta propriedade de maiores centros de consumo".

A viagem, feita essencialmente através de pinhal, iniciava-se em Pedreanes, finalizando em S. Martinho do Porto, numa extensão de 37 Km¹⁵. Pelo meio ficava a estação da Marinha Grande, com paragem junto da Real Fábrica de Vidros, para descarregar areia e calcário e carregar vidros, as estações da Martingança, do Valado e de Mouchinha.

Puxado a bois nas subidas, utilizava a força do seu próprio peso nas descidas. Corria sobre um leito "formado de areia com rama de pinheiro ou mato, o que atenua a fadiga dos animais e evita que tropecem nas travessas"¹⁶. Era composto, normalmente, por nove vagões de mercadorias e um de passageiros, o que demonstrava claramente a sua vocação para o transporte de bens, mais do que de pessoas. Todos os dias úteis da semana, cruzavam-se os dois comboios na estação do Valado, depois de um ter saído às nove horas de Pedreanes e, outro, às oito horas de S. Martinho. O primeiro gastava seis horas e o segundo oito "por ser nesta direcção mais extenso o período da tracção pela força animal". Atingia a velocidade de 40 quilómetros, por hora, nas descidas. No restante percurso, a velocidade era bem mais diminuta. Assim, aos passageiros, para além da observação da Natureza, oferecia ainda outros entretenimentos, como o da caça¹⁷.

Não tendo sido convertido em caminho-de-ferro de via reduzida, como ainda chegou a ser pedido, chega ao seu final em 1885, em favor da linha do Oeste. Com o caminho-de-ferro americano acabava uma era em que a tecnologia dos transportes aliara a tradição a aspectos da modernidade, para, definitivamente, ser condenado, pela substituição por meios mais rápidos e cómodos de circular.

Começava, na região, a era do comboio. Chegara o tempo da locomotiva! A sua defesa surgiu em 1875. Projectava-se uma linha de via reduzida que, pelo sul do distrito de Leiria, ligasse a cidade ao porto de S. Martinho. Os argumentos avançados baseavam-se na realidade já apresentada: a produção da região (florestal, agrícola e mesmo fabril) era altamente prejudicada pelas dificuldades com que deparava para ser transportada.



Em 1911 ainda se discutia a importância de ligar Leiria à linha do Norte, por Chão de Maçãs¹⁸.

Mas as condições de circulação entre os diversos espaços da região, se não mesmo o culto por uma certa liderança urbana, levaram a que Leiria não se aproximasse das populações mais distantes. Em 1906, partirá de Pombal um movimento representado por uma comissão, apoiada pelo comércio local que, junto das instâncias do poder leiriense e através dos jornais, irá manifestar o seu desagrado, face ao abandono sentido. Sugeriu-se mesmo a anexação dos concelhos do Norte do distrito a Coimbra, onde mais rapidamente as populações chegavam¹⁹. O extremo da comunicação era ilustrado pela deslocação entre Pedrógão Grande e a capital do distrito: demorava cinco dias.

Para Sul, as relações, facilitadas por comunicação mais acessível, tornavam-se bastante amistosas, como revelam as trocas de elogios e manifestações de apreço veiculadas por periódicos leirienses e alcobacenses.

¹³ Cfr. D. António Macedo, *op. cit.*, p. 110-113; p. 342-343.

¹⁴ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria*, 1856, p. 246.

¹⁵ Cfr. Pedro Inácio Lopes, *Projecto de um caminho de ferro de via reduzida entre a Ponte de Sant'Anna e o Porto de S.Martinho*, Imprensa Nacional, 1875, p.12.

¹⁶ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria*, 1857, 1 semestre, p. 332.

¹⁷ A reduzida velocidade, permitia que, por vezes, as pessoas levassem espingardas e caçassem nos percursos em que o comboio era puxado pelos bois. Cfr. Arala Pinto, *O Pinhal do Rei*, vol. I, p. 382.

¹⁸ *Linhas férreas complementares da região da Extremadura. Petição apresentada ao Ex.mo Ministro do Fomento pela Comissão de Melhoramentos da cidade de Leiria*, 1911.

¹⁹ "O habitante de Pombal, sae-lhe caro o transporte, estando apenas a cinco leguas e meia, enquanto que n'uma hora estão em Coimbra" (*Leiria Ilustrada*, de 8 de Março de 1906).

Os sectores económicos

Nos últimos anos do século XIX, o distrito de Leiria era apresentado como tendo uma população significativa e com potencialidades para um “desenvolvimento industrial e comercial que deverá desfrutar em poucos anos”, nas palavras dos agentes locais do Banco de Portugal²⁰, primeira instituição bancária a instalar-se em Leiria, no ano de 1893.

Num momento em que a agricultura regional se refazia do duro golpe provocado pela devastação da cultura da vinha, esperava-se o (re)começo de melhores anos económicos, em que a indústria teria um papel de relevo. A esta proporcionava-se, na região de Leiria, uma mão-de-obra abundante e a existência da Linha do Oeste. Esperava-se que, também com os serviços de crédito a prestar pelo Banco de Portugal, fossem valorizados os recursos locais, alargando o cenário industrial para além “dos tecidos da Castanheira e de Alcobaça, à louça das Caldas... e aos vidros da Marinha Grande”.

Na opinião mais desapaixionada e, porventura, mais preconceituosa do inspector que visita a agência de Leiria em 1901, sob o ponto de vista comercial, a cidade é de “pequeníssima importância”, num quadro espacial que se ficava pela vizinhança mais próxima²¹. De qualquer forma, não se iria além da expedição de géneros agrícolas, criação e ovos. As madeiras apresentavam-se como produto de exportação importante, nomeadamente para Inglaterra. A única indústria referida era a do vidro, apresentando-se a Marinha Grande, como centro de algumas fábricas do sector.

Aquando do seu encerramento, em 1994, ficou registado sobre a agência do Banco de Portugal, em Leiria: “Soube adaptar-se às dificuldades e gerir com lucidez, a concessão de crédito, ao longo de 101 anos”²².

No que respeita ao comércio, nos meios urbanos, com o caminhar para o final do século XIX, esta actividade “profissionaliza-se”,



²⁰ *Relatório, Balanço e Desenvolvimentos do Agência do Banco do Portugal em Leiria, 1893.*

²¹ *Relatório de inspecção às agências, ano de 1901, fl. 2v.*

²² *Revista, publicação do Banco de Portugal, n.º 39, Setembro, 1994, p. 17-18.*

introduzindo melhorias consideráveis na dimensão e na qualidade do estabelecimento. Os produtos à disposição de um público mais exigente e informado diversificavam-se. Abrem-se as portas de casas comerciais especializadas: leitarias, livrarias, cafés. No mundo rural, a mudança não se verificou necessariamente no mesmo período: surgiria bem mais tarde.

Leiria assumia a sua diferença, no sector do comércio, pela variedade, especialização e qualidade de estabelecimentos.

A concorrência exaltava o perfeccionismo e a criatividade. O recurso aos jornais, lidos regionalmente, no sentido de publicitar o que havia para oferecer, vai delineando um espaço comercial que se afasta vertiginosamente da amálgama em que andara misturado.

Concorrencial e complementar do comércio fixo, os mercados e as feiras também jogavam uma posição fundamental no circuito abastecedor da região, que se veio a prolongar quase até aos nossos dias.

Para nos referirmos ao sector industrial, começaremos por lembrar Bacelar Chichorro que, nos últimos anos do século XVIII, ao cumprir as disposições régias de 17 de Janeiro de 1793, recolheu informação sobre a economia da Província da Estremadura, que publicou dois anos mais tarde²³. Presenteou-nos, assim, com os resultados das averiguações, a que procedeu, sobre a situação do comércio, da agricultura e das artes dos distritos estremenos. Debruçava-se sobre a província que, no seu entender, era a “mais bem provida” dos úteis estabelecimentos, que eram as fábricas. Pela sua excessiva concentração em Lisboa, integrada na Estremadura, a totalidade do espaço não reflectia, ainda, os benefícios do desenvolvimento fabril. Defendia a diversificação dos locais para a sua instalação, de que muito beneficiaria a economia nacional: os proprietários recolhiam mais lucros, aumentava a população, a agricultura beneficiava com mais investimentos. Fora este o modelo trazido à Marinha Grande, com a instalação da Real Fábrica de Vidros, a “fábrica das fábricas” de toda a região leiriense.

Já nos inícios do século XX, Bento Carqueja (1916), opinará que a indústria pode ser um estímulo para todas as outras formas de produção. Nas suas palavras “especializa e alarga os artigos de comércio; em vista da sua grande faculdade de capitalização, dá acesso a todas as formas de actividade”. Ainda se podia acrescentar que animava a produção das próprias matérias-primas, essenciais para a sua actividade.

Estes princípios tornaram-se visíveis, através da complexa rede de tarefas, desenvolvidas sob a responsabilidade, organização e carências da Real Fábrica de Vidros. Para além de fabricar vidro e cristal, a fábrica promovia todo um conjunto de actividades que complementavam a produção. Fora da fábrica, fomentava-se uma diversidade de actividades, tendo em vista o suprimento das faltas registadas. A primeira delas, e talvez a mais importante, decorria do abastecimento de lenha. Abate, corte e condução das madeiras, a partir do pinhal, justificavam tarefas que envolviam uma mão-de-obra significativa, ao longo do ano. A multiplicidade de actividades que giravam à volta do fabrico do vidro era muito evidente. A Real Fábrica de Vidros dependia dos fornecimentos de areia, conchas do mar, seixos, pedra calcária, cal, telhas, tijolos, barro, tábuas, carvão vegetal, caixas de madeira²⁴. Por detrás de todos estes materiais,



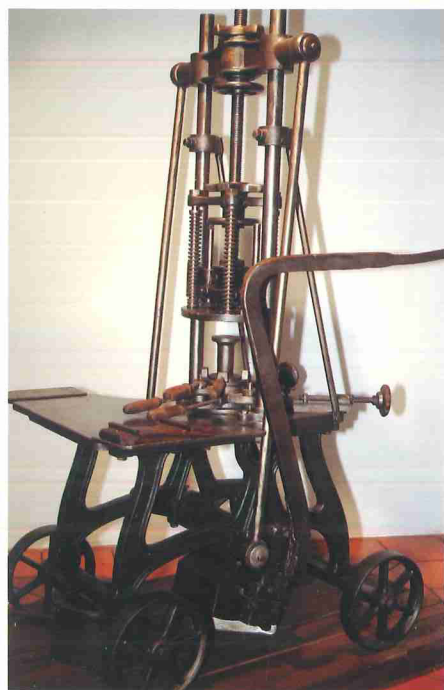
²³ *Memória Económico Política da Província da Estremadura. Traçada sobre as instruções régias de 17 de Janeiro de 1793*, assim lhe chamou. Foi mais recentemente publicada, em 1943, por Bensabat Amzalak. José Luís Cardoso evidenciou a influência, nesta obra, dos escritos de Guimarães Moreira, Corregedor de Leiria, no final do século XVIII. Vide *Memórias económicas inéditas, 1780-1808*, prefaciada por J. L. Cardoso, Academia de Ciências de Lisboa, 1987.

²⁴ *ADL - Livros Notariais nº 41 e 45, fl.48-49v; 8-12. Contratos de Janeiro de 1880, sem indicação de dia, e de 2 de Fevereiro de 1882, respectivamente.*

fervilhava um conjunto de actividades que avolumava a imagem da Real Fábrica de Vidros. De facto, esta grande unidade fabril cumpria uma tarefa social que consistia em fomentar a criação de postos de trabalho.

Através de actos notariais, certifica-se o desenvolvimento, na região, de diversas actividades oficinais e industriais, no final do século XVIII²⁵. Na generalidade, a dimensão e a organização dos espaços produtivos não fugiam ao modelo mais simples, onde um número reduzido de operários bebia da sabedoria do mestre, por norma, o proprietário. Foram receptoras e transmissoras de saberes acumulados pela tradição, de que o futuro veio a beneficiar. Considerando toda a região de Leiria, registava-se um panorama industrial perfeitamente à medida do tecido económico nacional. No início do século XIX, o registo das indústrias implantadas na região de Leiria ficava-se por uma modesta realidade: para além do fabrico do vidro e do cristal, teciam-se linhas em duas "fábricas" na vizinhança da cidade, meias e tecidos, em Alcobça.

As produções industriais da região dividiam-se entre as que decorriam das



²⁵ Cf. Saul Gomes, "A industrialização da Alta-Estremadura no final do Antigo regime – breves notas", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII, 1997/1998, p.225-241. Jorge Pedreira apresenta, de uma forma mais alargada, esta mesma realidade para a região de Leiria (*Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*), principalmente Cap. II, p.65-137.

exclusivas necessidades internas, como o vidro, e as que animavam o comércio colonial, principalmente o brasileiro, como os chapéus e os tecidos de algodão.

A cidade de Leiria integrava uma malha de vias de comunicação económica, de que faziam parte povoações vizinhas. A espinha dorsal, que deveria ligar as cidades do país entre si, abrindo mercados mais populosos e exigentes, ainda não fora traçada. Esta carência tinha a sua cota de responsabilidade no débil processo de industrialização aqui, como no resto do país. As primeiras décadas do século XIX reflectiram, sob o ponto de vista industrial, os efeitos da crise posterior às invasões francesas. A região de Leiria não será excepção. Como centro urbano, manter-se-á arredada de uma inexistente rede de cidades; como região predominantemente agrícola, assistirá ao marasmo que marginalizou os potenciais benéficos trazidos pela modernização. Com excepção do verificado no sector vidreiro, desconhecerá a formação de uma mão-de-obra especializada, entregando as iniciativas industriais a um operariado recentemente saído dos trabalhos agrícolas. Mas beneficiava das condições litorais. Mais do que um mercado organizado, o litoral oferecia a acessibilidade. E isso introduziu dinâmicas que, localmente, incentivaram o aproveitamento e a optimização das condições naturais.

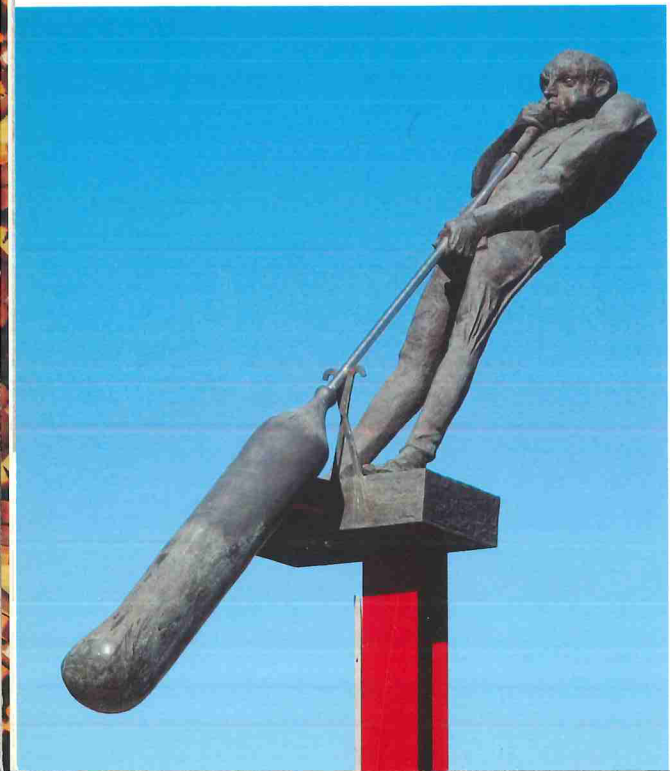
À dimensão local, a região de Leiria foi um espaço onde a iniciativa empresarial, sobre a herança pombalina, se adaptou à nova conjuntura de final de Setecentos, início do século seguinte. Aqui, como já se demonstrou para outros pontos do país, a industrialização foi um movimento modesto e lento, mas que não deixou de ter a virtualidade de criar, ao longo do século XIX e inícios do seguinte, as estruturas económicas, sociais, mentais e culturais necessárias a fortes impulsos posteriores.

A partir de inícios do século XX, e mais visivelmente com o regime republicano, passou a acusar-se o envolvimento crescente com a actividade industrial. Mantinha-se uma forte presença de pequenas e numerosas unidades produtivas, de responsabilidade singular e de exploração restrita. Sobressaía o recanto privilegiado por tradições locais, que era a Marinha Grande e a que outros se começavam a associar.

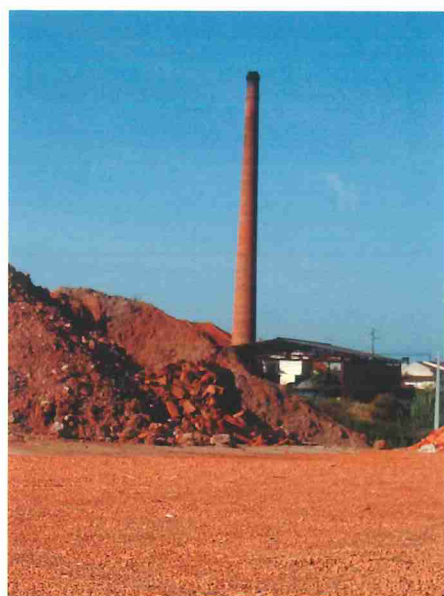
Assistimos, gradualmente, à desestruturação de uma sociedade tradicional, pré-industrial. A partir de 1905 o processo de mudança encaminhou-se por uma via mais definitiva, que assumiu maior vulto, nos primeiros anos do regime republicano. Não nos parece que a alteração política registada tenha interferido no percurso industrial leiriense. Os dados mobilizados apontam para a continuação de um processo anterior a 1910, o que, de resto, António Telo concluiu para o país²⁶.

Quanto a Leiria, de entre as sedes de concelho, tornou-se naquela onde foi mais notória a presença de estabelecimentos fabris, com um total de 23, face ao de Alcobaça, com 3, e ao de Pombal, com 4. Sobre o que se verificou na cidade, há que registar algumas particularidades. Primeiro o espaço urbano foi preterido pela sua periferia, relativamente à localização de fábricas.

Segundo, definiram-se zonas apelativas para a indústria : caso da Maceira e de Souto da Carpalhosa. Enquanto este se vai “especializar” nos químicos (adubos e fósforos), beneficiando de uma riqueza local (ocre, gesso), a Maceira, antes de enveredar pelos cimentos, pela razão anterior, experimentou a concorrência à Marinha Grande, através do fabrico de vidro e vidraça. Enquanto que Souto da Carpalhosa esmorece como “centro industrial”, à dimensão local, a Maceira vai alterar todo o seu cenário paisagístico, tradicional e económico,



²⁶ Cfr. António Telo, “A busca frustrada do desenvolvimento”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, p. 135. Sobre a região em apreço, vide A. Mourão Filipe, *A Formação do Tecido Empresarial da Área Económica de Leiria (1836-1914)*, tese de doutoramento, 2000.



usufruindo das comunicações, através do caminho de ferro, para se abrir, até hoje, à indústria cimenteira.

Finalmente, a atenção que merece ser dada à Marinha Grande. A indústria vidreira criou uma tradição fundamentada no sucesso da produção e na criação de um viver ritmado pelo trabalho fabril. Os períodos de grande precariedade que conheceu parecem ter aguçado o espírito empreendedor dos que, mercê de algum pecúlio, investiram na criação da sua própria empresa. As famílias empresariais vidreiras foram-se formando, mantendo vivo o empenho, o esforço e a combatividade necessários à prossecução da actividade.



Redigues Lobo
ARTIST BY BALDY



Fábula

WALKER'S STORE

Levi's
STORE

Redigues Lobo

DOCKERS



A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX - XX)

A formação do tecido empresarial

A empresa

A vida económica organizava-se através da iniciativa individual, bem como através da criação de sociedades, formadas por dois ou mais indivíduos. Estas originavam uma forma mais complexa de intervenção económica, passando pela redacção de uma escritura notarial.

O Quadro seguinte resume o movimento da criação de sociedades, entre as década de 1830 e o ano de 1914, em diferentes concelhos da região de Leiria. Para uma mais correcta interpretação dos dados apresentados, devemos lembrar que, no período considerado, o actual concelho da Marinha Grande integrava o de Leiria, bem como o da Nazaré fazia parte do de Alcobaça.

A primeira década do século XX assistiu ao período mais empreendedor, sob o ponto de vista da criação formal e legal de sociedades. O movimento iniciou-se de forma muito tímida a partir da década de 1840, o que será alterado nos anos de 1860. O movimento ascendente recuperou, decisivamente, nos anos 70. Atingiu a sua plenitude, com 60,5% do total de formalizações levadas a efeito, após 1900. Para um melhor entendimento da situação criada após 1910, e para que os números tenham o seu real valor, não é demais lembrar que os quantitativos encontrados respeitam exactamente a metade do tempo contabilizado para as classes anteriores: não ultrapassámos o ano de 1914.

No âmbito da iniciativa empresarial, o bom posicionamento do concelho de Alcobaça era conseguida através da sua zona costeira.

O conjunto, genericamente designado por Nazaré, que inclui o Sítio, a Pederneira e a Praia, assumiu um protagonismo único em toda a região. A sociedade formalizava a actividade dominante e quase exclusiva: a pesca. Se as empresas piscatórias começam a afirmar-se nos anos de 1880, serão os primeiros anos de 1900 a acolher o maior volume.

No concelho de Leiria, a propensão da Marinha Grande para o investimento empresarial levou-a à criação de sociedades a um ritmo muito próximo do que ocorria em Alcobaça. Aliás, a povoação vidreira posicionava-se à frente de algumas sedes de concelho, como Batalha e Porto de Mós, que manifestaram uma vocação mínima para criarem estruturas que cobrissem centros de produção ou comercialização de bens, segundo um código preceitual moderno.

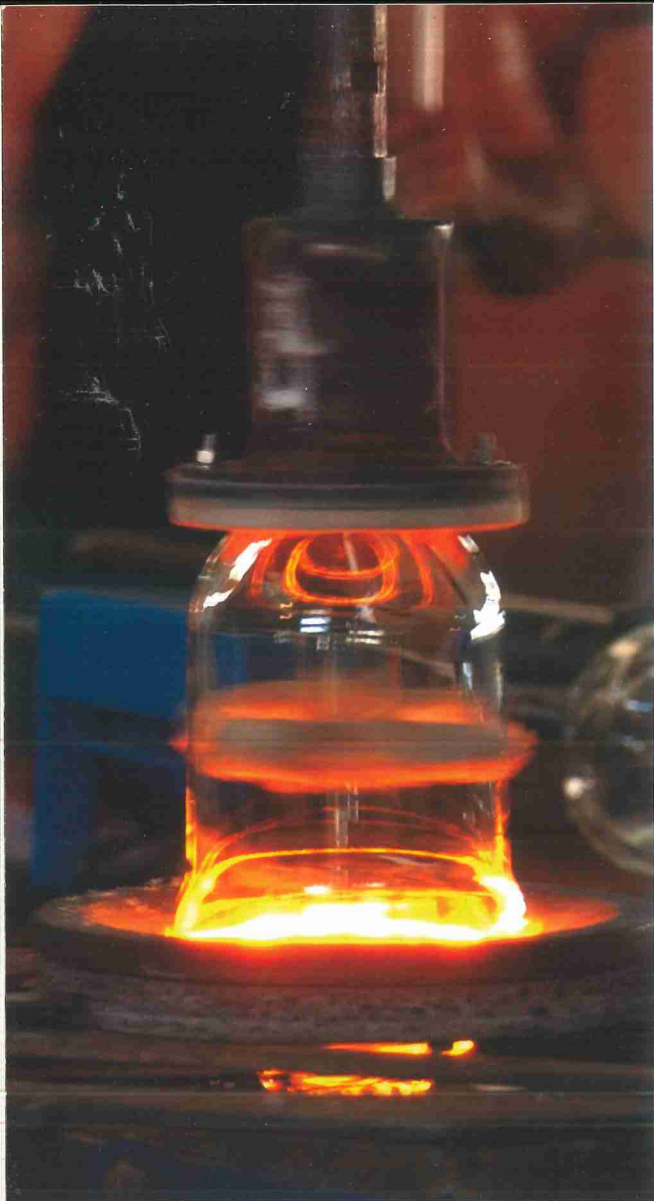
O comportamento da cidade de Leiria parece reflectir movimentos económicos diversos dos verificados no restante espaço. Apresenta a criação local da primeira sociedade notarialmente registada, mas a timidez do seu esforço empresarial prolonga-se até finais dos anos de 1880. A recessão internacional dos primeiros anos da década seguinte, principalmente a reacção da praça leiriense ao recuo das remessas dos emigrantes, levou à quebra desse movimento, de que recuperou com a viragem do século.

Os primeiros anos da I República vão proporcionar a concretização da liderança regional. Das restantes sedes de concelho, Alcobaça e Pombal mostraram reagir favoravelmente aos apelos economicistas do novo regime, localizando-se aí, nos anos compreendidos entre 1910 e 1914, o maior número de sociedades criadas. Globalmente, enquanto a vila de Alcobaça era completamente esmagada pelo dinamismo verificado na vizinha zona costeira da Nazaré, a vila de Pombal liderava, por completo, todo o seu concelho.

CONCELHO	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	TOTAL
Alcobaça		1	3	2	2	5	7	36	19	75
Batalha				1	2		1		1	5
Leiria	1	4	2	1	12	13	9	24	26	92
Pombal		1			2	2	8	8	13	34
Porto Mós					1	1	2			4
TOTAL	1	6	5	4	19	21	27	68	59	210

Quadro 3 – SOCIEDADES CRIADAS, por concelho e por década (1830-1910)

Fonte - Livros notariais (anos de 1836-1914)



O empresário

O empresário dos finais do século XIX, inícios do XX, foi olhado por uns como explorador dos mais fracos, foi enaltecido por outros pela sua participação no desenvolvimento socio-económico das populações. Criou um espaço social próprio, sem se basear na fortuna, no nascimento ou nos títulos académicos.

Na região de Leiria, tal como na generalidade da empresarialidade de finais de Oitocentos, inícios do século XX, a família foi o principal centro de formação de empresários.

De entre os industriais que vieram a criar empresas de maior envergadura, como se verificou no ramo vidreiro e até da cerâmica, identificou-se uma origem que residiu na pequena oficina. Como empregados, ou como pequenos fabricantes, aí adquiriram o saber, a vontade e a necessidade em investir num projecto de maior dimensão. Criaram um novo tipo de homem de negócios: o do patrão que conhece profundamente a profissão, que partilha saberes e trabalha lado a lado com os seus operários, entre os quais integra os próprios filhos. Muitos formaram-se por si, correspondendo integralmente ao perfil do *self-made man*. Outros reproduziram o "clima empresarial" que a família iniciara, ou que o patrão lhes proporcionara. Estes não tiveram mérito menor, porque também consolidaram o espírito da mudança.

O empresário do sector industrial manteve, mais do que qualquer outro, uma forte ligação ao mundo rural. A complementaridade existente entre ambas as actividades consumava-se em ramos que dificilmente se autonomizavam. Assim acontecia com a moagem, com a destilação de vinhos e de aguardentes, com as conservas de frutas e de legumes. A partilha de espaços físicos e a sazonalidade de algumas outras actividades, sem afinidade aparente, tornavam-se num convite a este relacionamento. Tal verificou-se com a indústria de papel, com a de curtumes e mesmo com a de adubos. A mobilidade entre ambos os sectores pode perspectivar-se como factor de estabilidade, de equilíbrio e de segurança de investimento. Mas significou, sem dúvida, o acomodar a tecnologias pouco inovadoras, com forte peso da tradição.

Os limites da produção configuravam os limites do próprio mercado. Isto é, fabricava-se para consumidores vizinhos. No mundo rural o consumo obedecia ao ritmo do calendário agrícola, redutor do desenvolvimento das capacidades produtivas. Os ciclos da oferta e da procura, necessariamente coincidentes, transformavam-se em bloqueios para a produção. Neste cenário, a formação de verdadeiros empresários não foi quantitativamente significativa. Em termos de qualidade, apesar de não constituir um grupo homogéneo, foram os responsáveis pelo clima empresarial que, lentamente, se ia formando na região leiriense.

Escasseia a informação que nos permita identificar a origem social destes homens. Dos mais notáveis foram compilados dados que apontam para nascimentos humildes, entre a primeira geração. Antes de enveredar pelo sector industrial, alguns passaram por actividades ligadas ao comércio. Lembramos, a título de exemplo, três importantes empresários leirienses, todos ligados ao ramo do vidro: Dâmaso Luís dos Santos, Carlos Salgueiro Gallo e José dos Santos Barosa. Quando se tornaram industriais vidreiros, passaram a dedicar-se, exclusivamente, às actividades produtivas. Em outros ramos, o comércio manteve-se como actividade complementar, numa relação perfeitamente harmoniosa e compatível com a indústria. O dinamismo e o risco que esta exigia equilibrava-se com a estabilidade e segurança que aquele assegurava.

O sector comercial não era exigente, ao nível da especialização de saberes. A relativa facilidade em entrar no mundo do negócio, por esta porta, proporcionou a existência de um grupo muito alargado, genericamente designado por comerciantes ou por negociantes. Grande número não atingiu o estágio da empresarialidade. Os que o conseguiram ultrapassaram níveis de exigência de que só os bons se destacaram.

A região de Leiria conheceu empresários com um perfil notável, a operarem no sector comercial. Estabelecidos por conta própria, usufruindo de um património familiar ou sendo apoiados pelo patrão, qualquer uma destas vias foi percorrida na segunda metade do século XIX e no século XX.

Através da Marinha Grande, a área económica de Leiria iniciou precocemente, no quadro nacional, uma experiência industrial de vulto. O modelo empresarial aí desenvolvido



demonstrou ter ultrapassado o seu próprio tempo. Preocupações sociais e culturais, semelhantes às que se fizeram sentir na primeira fase da Real Fábrica de Vidros, não dominaram a mente dos responsáveis por estabelecimentos de produção ou de distribuição, muitas décadas depois. O paradigma inglês, tão caro à administração pombalina, desenvolveu-se e mostrou o seu valor. Criou um fosso entre a realidade que trouxe à Marinha Grande e todo o resto que, em qualquer sector económico, se pôs em prática a seguir. Não foi só a dimensão da empresa que a tornou diferente. A preocupação em promover o operário, através da cultura, da instrução, definiu a distância.

Simultaneamente, os primeiros empresários da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande chamaram a atenção para a participação de estrangeiros na formação do tecido empresarial leiriense. Estiveram entre os pioneiros e, muitos deles, aqui se radicaram e constituíram família. Estiveram também entre os operários especializados que partilharam saberes com os seus colegas e o reproduziram, através das gerações seguintes. Lembrar os Gallo é tornar presente um exemplo, recentemente estudado, que demonstrou este entroncar de origens de alguns dos nossos empresários.

Apesar da presença de estrangeiros, a empresarialidade leiriense foi essencialmente endogâmica, à semelhança de outras realidades, mesmo a nível europeu²⁷. No sector industrial, as duas maiores unidades fabris existentes até ao final do século XIX (a que passará a ser designada por Nacional, associada à Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande, e a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Alcobça) contaram com investimentos exteriores. Um pouco depois, o mesmo se repetirá com a instalação da fábrica de cimentos, na Maceira. Para além destas empresas, muito raros foram os exemplos que poderíamos ir buscar. A região de Leiria conheceu, principalmente, investimentos com origem em capitais formados e acumulados localmente. A capacidade económica dos seus empresários estava em consonância com as riquezas locais, pois era aqui que encontravam os meios para acumular capitais. Nesta perspectiva, estamos perante um factor de bloqueio, que não permitiu o aparecimento de empresas de vulto, em dimensão e em tecnologia. O financiamento, sobre o qual encontramos um véu de silêncio, raramente passou por personalidades ou instituições estranhas à região até ao início do século XX. A família foi a sua principal origem.

Sob o ponto de vista social, não existem referências relativamente às origens da grande maioria dos empresários da área económica de Leiria²⁸. O cruzamento de diferentes núcleos documentais forneceu informação indirecta que conduziu a uma certa homogeneidade de nascimento. No sector industrial, tal como no comercial, despontaram homens com origem humilde: filhos de pequenos proprietários, de pequenos comerciantes, de operários. Num ou noutro caso, associou-se-lhes um profissional liberal, médico ou advogado. Maioritariamente começaram por se estabelecer sozinhos; alguns deles adquiriram experiência e ambição para se envolverem em projectos de maior envergadura, que ultrapassavam o quadro da família. Encontraram parceiros com quem partilharam ideias e vontades. Constituíram sociedades. Outros alargaram individualmente a sua empresa e mantiveram-se graças às suas capacidades, ao apoio e às alianças de família.

A segunda geração não alterou profundamente este modelo, mas já usufruiu de um nascimento mais facilitador do percurso reproduzido pelo pai. O acesso ao ensino ia-se alargando e passou a ser uma mais-valia trazida para a empresa. No novo empresário consumava-se a junção dos dois níveis de saberes: o da escola e o da loja ou oficina. A região de Leiria demonstrou que a representação ideológica da "lei" da terceira geração apresenta grande fragilidade²⁹. Se alguns dos novos membros da família quebraram a relativa estabilidade da sucessão pai/filho, reproduzindo uma prática generalizada ao empresariado, tal deveu-se à atracção por profissões cujo exercício decorria da passagem pela Universidade. Constituíram um símbolo do poder económico e social dos pais. Alguns dos advogados, médicos e engenheiros do princípio do século XX, na região de Leiria, foram filhos de empresários locais. Nem sempre se afastaram do mundo do negócio, numa clara demonstração do peso exercido pelo clima e pela cultura empresarial em que haviam crescido. Nesta cadeia sucessória, quando se verificava a inexistência de filhos, eram admitidos outros parentes ou simples empregados.

Nem todos os empresários alcançaram sucesso. De entre os que o conseguiram, alguns atingiram posição dominante na estrutura social leiriense. Saíram, maioritariamente, do sector comercial. Mas, ao contrário do que ocorria no Porto do século XIX, como constatou Manuel C. Teixeira (1996), na área económica de Leiria, também os industriais ocuparam lugares destacados. No seu conjunto, formaram um grupo reduzido, mas impuseram o seu cunho à vida cívica local. Em associações de classe, no exercício do poder local, em organizações partidárias, em manifestações de cultura e de recreio os empresários estiveram presentes, como agentes dinamizadores. O nível do seu prestígio encontrava uma relação directa com a importância do cargo assumido nestas outras áreas de intervenção. Aos líderes da vida económica foram atribuídos os lugares de maior protagonismo.

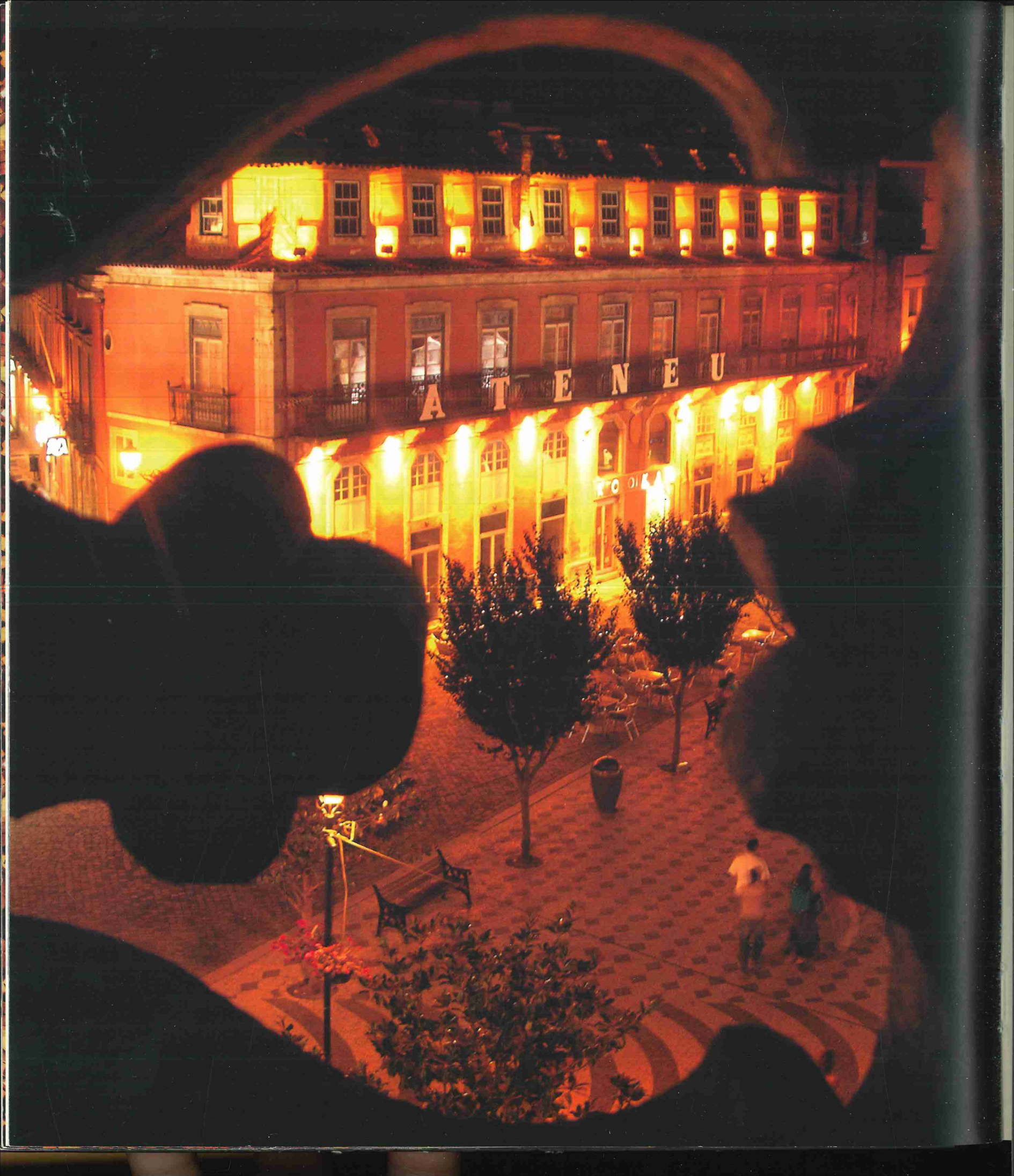
No exercício da actividade comercial, por exemplo, o empresário dominava um espaço público privilegiado para exercer a sua influência: a loja. A este lugar de sociabilidade outros se juntaram, como fruto da necessidade de formação da identidade do grupo. A Associação Comercial de Leiria, a Assembleia Leiriense, os clubes, entre outros, passaram a centros de discussão e de tomadas de decisão da classe. Paulatinamente foi sendo dada visibilidade a esta mão do poder que, do singular, se foi afirmando no colectivo.

Os empresários lideraram a vida económica local, mas foram mais longe. Notabilizaram-se como cidadãos, contribuindo, quer como grupo, quer individualmente, para o desenvolvimento de toda a região leiriense, na segunda metade do século XIX e inícios do XX.

²⁷ Cfr. D. Barjot, *Les Patrons du Second Empire*, vol.1, p.19. Trata-se do exemplo fornecido pela Alta Normandia.

²⁸ Situação perfeitamente aceitável, pela frequência de autores que têm registado esta lacuna informativa, quer para Portugal, quer para países da Europa e para os Estados Unidos da América.

²⁹ A propósito da família Gallo, J. M. Amado Mendes e Manuel F. Rodrigues trouxeram mais um exemplo para alargar o número das excepções (*Ricardo Gallo, Um século de tradição e inovação no vidro, 1899-1999*, p.39). Acrescentamos as famílias Leitão e Barosa, entre outras.



A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX-XX)

Estruturação do espaço urbano e de novas formas de sociabilidade

Ao organizar o espaço urbano, o comércio começa por definir um centro, a partir do qual se hierarquizam periferias comerciais. Os serviços acompanhavam a implantação espacial, decidida pelo comércio, seguindo um modelo interactivo, justificado pelo movimento da população que aqui acorria. Mas o comércio justificava o modelo urbano, não só no que respeita à estruturação do espaço interno da cidade, mas também à rede de vias de comunicação que lhe proporcionavam melhores acessos.

Num estudo recente, a geógrafa Teresa Barata Salgueiro equaciona a estruturação da cidade, sob a influência do comércio, recorrendo ao exemplo actual, proporcionado pela cidade de Leiria³⁰. Recuando a meados do século passado, presenciámos o reforço do modelo urbano monocêntrico, assumido pela Praça Rodrigues Lobo, onde se concentrava o principal centro comercial da cidade. Aí, para além da instalação de estabelecimentos diversificados, tinham lugar os mercados semanais. O convívio, entre diferentes tipos de comércio, processava-se em clima de tranquila vizinhança, de que todos tiravam partido. Os interesses de quem se apresentava a vender salvaguardavam-se, mais do que por um código de ética profissional, pela procura do equilíbrio entre o que os compradores necessitavam e a oferta a que diariamente tinham acesso. Assim, a diversidade dos produtos apresentados não criava uma dupla oferta, diferenciada pela proveniência do local da compra (loja ou tenda de mercado). Não se registaram queixas de comerciantes com loja aberta, neste sentido. A acessibilidade, oferecida pela Praça Rodrigues Lobo, tornava-a espaço de fácil acesso, quer a vendedores, quer a compradores. Além de tudo, a mobilidade destes últimos era facilitada pela concentração da oferta e pela protecção acolhedora dos limites do próprio espaço.

Com o decorrer do tempo, deste monocentrismo comercial, a cidade aconchegou outros núcleos que, aos poucos, se começaram a formar como pólos secundários, acompanhando não só a exaustão do centro principal, como o alargamento das "áreas residenciais" que, por sua vez, foram criando as suas próprias "áreas de consumo".



³⁰ Do comércio à distribuição. Roteiro de uma mudança, Celta Editora, 1996.

Ao abandonarmos a cidade de Leiria em 1914, a primazia do centro comercial definido pela Praça Rodrigues Lobo e pelas ruas adjacentes, continuava a ser real. No entanto, havia prenúncios da existência de periferias que tendiam a tornar-se centros secundários, relativamente ao mais antigo e importante. Aqui e nas suas redondezas, para além da residência, a burguesia local dispunha dos seus "emblemas sociais": sedes sociais de organizações profissionais, culturais, humanitárias, espaços requintados de lazer, grandes armazéns, bancos. As oficinas e as fábricas vão-se mantendo, mas, à medida que se iam criando, começavam a preferir os arrabaldes. Os próprios serviços administrativos instalavam-se nas imediações. A construção do novo edifício municipal iria deslocar algumas repartições públicas para um dos extremos da cidade, libertando espaços que ficaram disponíveis para os serviços e mesmo para a habitação de particulares.

As melhorias das condições urbanas beneficiaram, precocemente, as zonas periféricas da Praça Rodrigues Lobo, nomeadamente ligadas à higiene e à iluminação pública.

O grande revés a este posicionamento da zona baixa da cidade prendia-se com o rio Lis. Sazonalmente as suas cheias invadiam as ruas mais próximas, entrando porta dentro dos estabelecimentos.

À cidade, lugar de mercados e de mercadores, coube a necessidade de se adaptar, de forma flexível, às novas condições. Nem sempre as relações económicas aqui desenvolvidas clarificaram a dicotomia entre o urbano e o rural. Bem pelo contrário. Os limites eram, por vezes, tão difusos que Leiria podia servir de paradigma para apoiar a ideia do falso posicionamento da divisão entre estes dois mundos.

Verificava-se uma relação equilibrada de interdependência, nas trocas estabelecidas entre a cidade e as zonas rurais.

O centro da cidade, com uma forte presença de estabelecimentos comerciais, como vimos anteriormente, mostrava-se pouco receptivo ao acolhimento de iniciativas industriais. Acomodava pequenas oficinas artesanais, cuja produção tinha em conta as necessidades imediatas da população e que, por isso mesmo, acumulavam funções comerciais.

As fábricas e as oficinas que necessitavam de mais espaço e envolviam um maior número de operários, preferiam instalar-se ou na periferia de Leiria ou nas freguesias limítrofes. A vocação periférica da indústria, nas palavras de Maria Madalena Allegro Magalhães (1988), repetia-se aqui. Às necessidades de uma população urbana em crescimento, juntava-se a procura de terrenos mais baratos e de mão-de-obra em abundância.

A duplicidade de actividades, que muitas vezes se verificava e que decorria da proximidade com a agricultura, tornava este operariado pouco exigente quanto a condições de trabalho, regalias e salários. Em contrapartida, tornava-se um benefício envenenado, porque não promovia a aquisição de novos saberes ou de especialização. Deste circuito saiu prejudicada a própria indústria.

Sob o ponto de vista intelectual e administrativo, a cidade de Leiria, capital de distrito, ocupava também o centro de um espaço alargado. As populações periféricas deslocavam-se aqui, obrigatoriamente, para procurarem os serviços estruturantes da vida política e administrativa do país.

A cidade pode assumir uma reputação de "ascensor social", trazendo uma valorização acrescida aos seus habitantes, pelo simples facto de nela residirem.

No entanto, a população citadina hierarquizava-se por movimentos de ascensão e decadência social, em função dos sucessos ou dos falhanços profissionais. Veja-se o exemplo que decorre da publicidade feita à volta de processos de falência de casas comerciais, cujos proprietários, rapidamente, caíam no esquecimento dos meios de comunicação social. Estes, mais precisamente os periódicos locais, acompanham as flutuações dos movimentos sociais registados na cidade. O convívio semanal que proporcionavam, com determinado cidadão, cessava a partir do momento em que se tornava público um qualquer desaire no campo económico. A ética estabelecida por uma sociabilidade urbana inibia o jornalista de tecer considerações valorativas, a propósito do acontecimento a que respeitavam as personalidades nele envolvidas. Mas a imprensa local, como criação de uma elite cultural, e mesmo económica, dava a imagem das flutuações sociais dos seus pares.

Algumas manifestações de solidariedade, cimentada através de relações de vizinhança, mantinham-se, apesar de tudo, no espaço citadino. As dimensões e a riqueza económica de Leiria afastavam-na, necessariamente, dos paradigmas das grandes cidades do final do século XIX, apontadas como espaços perfeitamente desumanizados, apesar do excesso de concentração humana³¹.

À imagem de outras cidades portuguesas, Leiria permitia permanências de sociabilidade rural: aquando da ocorrência de algum incêndio em residência ou estabelecimento de um rico comerciante, a população concentrava-se para ajudar a debelar o sinistro. Muitos foram os exemplos recolhidos, através de notícias de agradecimento à população, expressas na imprensa local.

³¹ Cfr. *História Económica e Social ...* (dir. P. Léon), vol.IV, tomo II, p.328.

